



Ata da 10ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 19 dias de julho de 2016, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a décima reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Movimento da Capoeira; Eleição Suplementar / Apresentação dos(as) conselheiros(as) eleitos(as); Criação da Câmara Técnica de Cultura do CODETER; 2) Devolutiva das Comissões Temáticas; 3) Regimento Interno; 4) Lei Viva Cultura; 5) O que ocorrer. Estiveram presentes os/as Conselheiros/as Titulares Adriana Campelo Santana (SEDES), Candidaluz Liberato (Audiovisual), Edvaldo de Jesus Barreto (Cabula-T. Neves / Pau da Lima); Érico Pina Mendonça Jr. (SECULT), Eucimar Freitas de Oliveira (Liberdade/São Caetano—Centro/Brotas); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Jadson Santos do Nascimento (Valéria – Cajazeiras), Joceval Rodrigues (Câmara Municipal); Joelice Ramos Braga (SMED); José Augusto Saraiva Peixoto (SECIS); Kilson Santana de Melo (Música); Lindinalva Nila R. Freitas (Cultura Popular); Marisa Santiago de Jesus (SPM); Noelia Pires da Silva (Cidade Baixa/Subúrbio-Ilhas); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil) e Rita Maria Ventura dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial). Os/As Conselheiros/as Suplentes que compareceram foram Sandra de Cássia Silva dos Anjos (Culturas Identitárias e Inclusivas), Silvio Humberto (Câmara Municipal) e Daniela Fernanda da Hora Correia (SMED). O presidente iniciou a reunião e passou a palavra para Plutarco Drummond, que apresentou o resultado final da eleição suplementar do CMPC, sendo eleitos/as Lucia Tavares Leiro como conselheira suplente do segmento Artes Visuais, Demian Moreira Reis como conselheiro titular do território Circo, Nino Rezende de Oliveira como conselheiro suplente do território Barra-Pituba/Itapuã-Ipitanga, Idelfonso Santos Conceição como conselheiro suplente eleito do território Cabula-Tancredo Neves/Pau da Lima e Marcos Luis Silva Argolo como conselheiro suplente do território Valéria/Cajazeiras. Plutarco Drummond informou também que ainda será realizado o rito de nomeação e posse dos eleitos, que contempla a publicação dos nomes no Diário Oficial do Município, e apresentou ao pleno os conselheiros eleitos Idelfonso Santos Conceição e Marcos Luis Silva Argolo, presentes na reunião. Plutarco Drummond informou que o segundo colocado para a vaga do território Barra-Pituba/Itapuã-Ipitanga, Jean Maicon Lopes dos Anjos, entrou com recurso contra o conselheiro eleito, Nino Rezende de Oliveira, questionando a veracidade das informações contidas no currículo dele e apresentado durante o período da votação. O técnico da FGM informou que solicitou ao eleito a comprovação das informações, sendo que o mesmo apresentou documentações comprobatórias e o recurso do segundo colocado foi indeferido. Sandra de Cássia informou que enviou um e-mail para a comissão eleitoral do CMPC denunciando inverdades dispostas no currículo de



Jean Maicon Lopes dos Anjos. Plutarco Drummond respondeu que a comissão não pôde analisar as informações enviadas na condição de recurso porque foram enviadas fora do prazo, no entanto foram reunidas em um dossiê, e lembrou que a comissão eleitoral é responsável pelo processo eleitoral e por cuidar para que o Conselho não seja afetado por problemas de ordem ética em relação às candidaturas. Como o candidato não foi eleito, as denúncias não afetam o órgão, a não ser que haja afastamento do titular ou suplente representante do território Barra-Pituba/Itapuã-Ipitanga, e o acusado necessite preencher a vaga, nesse caso ele será convocado a comprovar as informações que inseriu no currículo. Jadson Nascimento perguntou se o documento tem validade, visto que foi enviado fora do prazo. Gildete Ferreira, Assessora Estratégica de Gestão da FGM, respondeu que, caso haja vacância na vaga de titular ou suplente, em que Jean Maicon tiver que assumir, a comissão eleitoral irá solicitar a comprovação de tudo o que ele declarou no período das inscrições, de forma semelhante ao que foi feito com Nino Oliveira. Caso não comprove, ficará claro que ele agiu de má fé, não podendo assumir a vaga. O presidente questionou a Plutarco Drummond qual o limite para a publicação dos nomes no Diário Oficial do Município e se na próxima reunião eles já poderão participar de forma oficial. Plutarco Drummond respondeu que o prazo estimado é até 15 de agosto e certamente eles poderão participar da reunião. Ele acrescentou que, juntamente com os eleitos da sociedade civil, deverão ser nomeados os representantes do poder público, cujas vagas ainda estão em aberto, ou nos casos em que foram solicitadas novas indicações por conta da ausência dos conselheiros nomeados às reuniões. Gildete Ferreira informou que já estão conversando com as instituições, como o IPHAN, SEFAZ e SEMGE e que estão agilizando para que as nomeações ocorram no tempo hábil. Em seguida, Plutarco Drummond falou sobre a criação da Câmara Técnica do CODETER (Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável) e esclareceu sobre a lógica de gestão do Governo do Estado, que opera numa lógica territorial, sendo que o estado está dividido em vinte e sete territórios de identidade e cada território tem um CODETER, instância de governança, decisão, participação, controle social e encaminhamento de políticas públicas. O técnico da FGM acrescentou que os colegiados possuem câmaras técnicas relacionadas a diversos setores, sendo que em 2015, houve um movimento para que se construísse uma câmara de Cultura e, no dia 08 de julho, houve uma reunião que definiu a criação da Câmara Técnica de Cultura para debater políticas culturais e algumas atribuições decisórias referentes às políticas culturais do Governo do Estado da Bahia. Na reunião, definiu-se uma representação para cada Município que compõe o colegiado territorial da Região Metropolitana de Salvador, e pediram que o grupo que estava presente indicasse uma representação do poder público e duas da sociedade civil para compor a comissão. Os conselheiros que compareceram foram Rita Maria Ventura dos Santos e Marisa Santiago de Jesus. Marisa Santiago se disponibilizou a ser representante do poder público municipal de Salvador. Ele reforçou que a FGM estará à disposição para dar o suporte que ela precisar para desempenhar o seu trabalho. Outros dois foram indicados para representar a sociedade civil de Salvador, Eduardo Zanata, da Associação



Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau e Receptivos (ABAM), e Tadeu Hermida, do DCE da UFBA e está desenvolvendo pesquisa na área de cultura. Marisa Santiago acrescentou que foi respeitada a questão da paridade de gênero e só tinha ela de mulher do poder público na reunião. Como a votação deveria ser naquele dia, ela se colocou à disposição como representante do poder público, e caso o Conselho quisesse indicar outra pessoa, que ficasse à vontade. O presidente mostrou preocupação na composição da câmara. Plutarco Drummond esclareceu que a câmara técnica deveria ter três representantes de cada Município, sendo dois da sociedade civil e um do poder público. A conselheira Rita Santos também integra o CODETER, em outra instância, anterior à criação da câmara técnica de Cultura. Plutarco Drummond acrescentou que a primeira tarefa da comissão é criar o seu Regimento Interno. O presidente deu continuidade à reunião e informou que recebeu uma demanda da sociedade civil referente ao Movimento da Capoeira. Em seguida, convidou o contra-mestre Cachaça, professor de Educação Física e de Inglês, que foi o autor do texto, para apresentá-lo ao pleno. Cachaça informou que o principal ponto da reivindicação era a restauração do Monumento a Mestre Bimba, localizado em um canteiro central entre a Amaralina e o Rio Vermelho, em frente ao quartel do Exército, local em que muitas pessoas passam mas não notam o monumento. Ele assinalou que o monumento foi depredado e abandonado e que o local é muito importante para a comunidade da Capoeira, pois representa um mestre considerado um arquétipo da história e cultura do Brasil. O contra-mestre explicitou a tradição que nasceu entre grupos de capoeira há mais de vinte anos, quando um aluno querendo tornar-se professor recebeu a prenda de seu mestre, que foi a tarefa de lavar o “brasão” de bronze com o rosto do Mestre Bimba encunhado. A partir daí, os alunos que passavam a ser instrutores de capoeira teriam que passar por esse rito, retirando do local lixo, restos de oferenda, dejetos, restos de animais, etc. Cachaça ressaltou que há um ano foram recebidos pela Fundação Gregório de Mattos para reivindicar a restauração do monumento e que haviam contatado o vereador Silvio Humberto. Informou que, no interior de São Paulo, foi construída uma praça de capoeira em homenagem ao Mestre Bimba, com anfiteatro e eles se sentiram humilhados porque esta é a terra do Mestre Bimba e ele não tem uma homenagem à altura e na cidade, não há um espaço para os capoeiristas exercitarem sua roda. Fernando Guerreiro respondeu que, desde quando a FGM recebeu a demanda, foi colocada como prioridade para as ações de restauração de monumentos. Informou que o trabalho é realizado por blocos, sendo que a restauração está inserida no próximo bloco, com licitação em andamento. Acrescentou que é importante que a reforma seja associada à construção de uma praça, que complementa e dá um reforço, não deixa o monumento solto, mas esta não é uma atribuição da FGM e ele depende da atuação de outra secretaria municipal. Fernando Guerreiro assinalou que Salvador e outras regiões do Brasil vêm sofrendo atos de vandalismo e não existe possibilidade de a Prefeitura, por meio da Guarda Municipal, garantir a proteção a todos os monumentos da cidade, e o processo de depredação dos monumentos é constante. Ele sugeriu que seja feita uma parceria com o Quartel do Exército ou com os grupos de capoeira para que de alguma forma



eles fiquem próximos, numa espécie de vigilância ou acompanhamento para que possam avisar a qualquer momento. O presidente da FGM informou que está restaurando alguns monumentos e entregando a associações, grupos e famílias, que conseguem mantê-los preservados. Então, uma vez construída a praça e o Movimento da Capoeira ocupando-a, dificilmente o monumento será vandalizado. Edvaldo Barreto sugeriu dialogar com a comunidade do entorno e convidá-la para o evento de inauguração da praça. Silvio Humberto fez uma comparação entre o monumento a Clériston Andrade e o que homenageia Mestre Bimba, mostrando que o último tem maior impacto para a repercussão da Bahia afora, mas que tem um monumento de menor representatividade para a cidade. O vereador defendeu que a praça deve ter um monumento à altura do que a figura do Mestre Bimba significa e disse que é a partir dos ícones e dos símbolos que o racismo se manifesta na cidade e que o Conselho tem compromisso com a diversidade. Acrescentou que o local pode gerar trabalho e renda, porque esse pode ser um ponto que as pessoas podem ir conhecer. Ele disse que recebeu a solicitação do movimento, e que eles apresentaram ideias, como inserir rodas permanentes à praça e dinamizar o local. O presidente sugeriu que sejam colocadas câmeras de segurança próximas aos monumentos e o cercamento dos monumentos, impedindo o vandalismo. Sílvia Humberto citou a importância de se inserir a educação patrimonial nos currículos escolares da rede municipal e estadual. Fernando Guerreiro lembrou que a cidade conta com o Forte da Capoeira, um espaço muito interessante com uma movimentação muito boa. O contra-mestre Cachaça ressaltou que uma peça e um monumento de respeito é uma reparação histórica que o Governo deve a Mestre Bimba, e que foi prometido à família dele uma praça onde seu corpo seria sepultado, por esse motivo a família trouxe os seus restos mortais de Goiânia, tendo ficado com a caixa fúnebre por alguns anos, sendo depois sepultado na Igreja do Rosário dos Pretos, e posteriormente alunos da Faculdade de Arquitetura da UFBA construíram um berimbau onde foram colocadas as cinzas, o que configurou um “cala boca”. Exemplificou o Monumento a Zumbi dos Palmares como uma vitória de todos os capoeiristas e disse que Mestre Bimba merece algo igual. O presidente perguntou se havia prazo para a execução das ações de restauração do monumento. Gildete Ferreira respondeu que o orçamento estava garantido e que o edital da licitação já estava sendo elaborado, e no máximo em cinco dias ele seria publicado. O presidente informou que passaria as demandas para a comissão de Políticas Identitárias e Inclusivas, dando-lhe a atribuição de acompanhar a publicação do edital de licitação e dar o retorno o mais breve possível de quando vai ser instalado o monumento na praça para que as comunidades de capoeira possam voltar a realizar os seus ritos, sendo que estes podem se tornar grandes eventos, a exemplo do Terno de Reis e da Lavagem do Rio Vermelho, que viraram espaço do turismo também. Em seguida, o presidente deu a palavra para os/as representantes das comissões temáticas para dar a devolutiva das atividades desenvolvidas. Marisa Santiago falou em nome da comissão do Livro e da Literatura e informou que o grupo não recebeu nenhuma demanda específica da sociedade civil. Foi realizada uma reunião no dia 08 de julho e ficou concluído que seria criado um fórum intitulado “Fórum da



Palavra Soteropolitana”, que terá como proposta a realização de três grupos de trabalho, com os temas: 1) Bibliotecas e Editoras, com a participação do poeta Douglas e um representante da Biblioteca do Calabar; 2) Plano Municipal do Livro, da Leitura e da Biblioteca (PMLLB), sendo que ela, Tiago Oliveira e Adailza participarão deste grupo e 3) Saraus e outros Eventos Literários, com previsão de participação de Valdeck Almeida. Ela acrescentou que a previsão é que o evento seja realizado no dia 06 de agosto, às 14h, por meio da parceria entre o CMPC, a FGM e a SPM, e estão sendo contatados os espaços culturais administrados pela FGM, o Espaço Cultural da Barroquinha, o Teatro Gregório de Mattos e a Casa do Benin, possíveis locais para a realização do evento. Rita Santos, da Comissão de Patrimônio Cultural e Arquitetura, falou sobre o ofício das baianas de acarajé e considerou que atualmente a atividade está degradada e que é horripilante passar por Salvador e ver o ofício que é patrimônio imaterial nacional e estadual do jeito que está. Em seguida, leu uma minuta de ofício para ser submetido à aprovação pelo pleno e encaminhado à secretária de Ordem Pública, Rosemma Maluf, responsável por disponibilizar a licença para os pontos de venda de acarajé na cidade. Rita informou que Salvador tem cerca de três mil baianas, sendo que menos de setecentas estão licenciadas pela Prefeitura, e há baianas e “pequenos empresários” montando dez, vinte pontos, sem ter licença. Ela informou que tem baianas mal vestidas vendendo acarajé na cidade. Acrescentou que foi ao IPHAN e que a instituição ainda não renovou o documento de patrimônio porque não se vê mais baianas na cidade, mas pessoas vendendo acarajé. Ela exemplificou que em Cajazeiras tem uma pessoa que possui sessenta pontos na cidade, em locais, como Paralela e São Cristóvão, sendo que trabalha com menores de dezoito anos, caracterizados de camiseta listrada, bermuda e utilizam tendas vermelhas e amarelas. O presidente abriu espaço para contribuições do pleno ao texto da minuta do ofício. Joceval Rodrigues ressaltou que construiu uma boa relação com Rosemma Maluf em relação a alguns segmentos da sociedade e que a proposta do ofício é a ampliação e melhoria da fiscalização do ofício das baianas de acarajé, mas o conteúdo contém algumas críticas à atuação da Secretaria. Assim, sugeriu que o Conselho faça um convite à secretária Rosemma Maluf para que ela possa apresentar o que está sendo feito, antes de apresentar o documento contendo um juízo de valor sobre a atuação do órgão municipal. Edvaldo Barreto destacou a importância de as três mil baianas de acarajé serem caracterizadas com as vestimentas e os adereços e acrescentou o aspecto da economia criativa. O presidente acrescentou que não há uma crítica no texto do ofício à atuação da SEMOP, mas alega que o descumprimento da lei pela sociedade não está sendo fiscalizado, o que descaracteriza o ofício das baianas. Joceval Rodrigues concordou e ressaltou o elemento histórico e identitário das baianas, e a sua contribuição com a cultura, e concordou em anexar o ofício anexo ao convite à secretária. Rita Santos acrescentou que de dez em dez anos o IPHAN revisa a lei e que o processo está parado em Brasília por conta da descaracterização das baianas em Salvador, correndo o risco de o ofício perder o título de patrimônio imaterial, visto que no universo de quase três mil baianas menos de cinquenta obedece à padronização. Ela acrescentou que o Decreto assinado

pelo Prefeito informou que as ações seriam executadas em um prazo de cento e oitenta dias e o documento não saiu da gaveta. Rita Santos informou também que o prédio onde se localiza o Memorial das Baianas de Acarajé, na Praça da Cruz Caída, e que pertence à Prefeitura, foi roubado quatro vezes somente na semana do São João, sendo que arrombaram portas e janelas e levaram tudo. A polícia chegou a prender um suspeito, mas ele foi solto com o pagamento da fiança no valor de um real, sendo que a Polícia Técnica foi ao local e calculou o prejuízo, que totalizava o valor de oito mil reais. Declarou também que a instituição recebeu uma reclamação da Saltur porque o Memorial cobrou o valor de entrada de um turista no valor de dois reais, sendo que normalmente as pessoas entram no prédio para usar o banheiro e a instituição tem que comprar material de limpeza. Joelice Braga disse que ela não concordava com algumas partes do texto, conforme Joceval Rodrigues havia sinalizado, e sugeriu duas formas de encaminhamentos, uma foi a adequação do texto adequando ao coletivo do Conselho, e a outra respeitar o texto como veio da comissão e encaminhar como texto da comissão. O presidente respondeu que, de acordo com a Minuta do Regimento Interno do CMPC, os documentos enviados externamente referem-se ao Conselho e sugeriu que o convite seja enviado à secretária Rosemma Maluf para participar da próxima reunião e o ofício ser entregue pessoalmente. Joelice respondeu que, nesse caso, o ofício não deve ter ajuste, pode ser entregue pela comissão e disse que queria saber como é feita a fiscalização para depois fazer uma crítica, sendo que o documento já faz uma crítica. O presidente disse que o documento diz que a fiscalização não ocorre. Joelice Braga considerou que é mais grave ainda e que a fiscalização pode estar ocorrendo, mas não como as baianas desejam e elas podem dizer isso, assim ela expressou que não se sente segura para assinar um documento que afirma que a fiscalização não ocorre ou ocorre com falhas. O pleno aprovou o envio do convite e a entrega do ofício pessoalmente na próxima reunião. O presidente perguntou qual órgão cuida da segurança do Memorial das Baianas. Joceval Rodrigues respondeu que a atuação preventiva é da Guarda Municipal e a Polícia Militar atua depois do fato ocorrido. Rita Santos informou que quando o Memorial das Baianas foi criado pela Saltur na gestão de Antonio Imbassahy, o local contava com vigilante; na gestão de João Henrique, foram retirados os vigilantes e passou a contar com policiais militares; e na gestão atual a instituição foi contatada pelo Major Luciano, que informou que os policiais militares deixariam de trabalhar lá e seriam substituídos por guardas municipais, o que não ocorreu. Ela acrescentou se houvesse Guarda Municipal na praça, não teria tráfico e usuários de drogas e prostitutas no local e o monumento da Cruz Caída não estaria pichado do jeito que está. O presidente sugeriu que a Comissão de Patrimônio e Arquitetura fizesse um parecer para ser aprovado pelo pleno e encaminhado aos órgãos de segurança de âmbitos municipal e estadual frente à situação da Praça da Cruz Caída e do Memorial das Baianas. Paulo Hermida informou que o que Rita Santos havia dito sobre a Guarda Municipal infelizmente é real, que o órgão ainda é ineficiente e que a Prefeitura está enfrentando esse problema. Ele disse que seria importante levar a secretária lá não no sentido de fazer uma crítica à Guarda Municipal, mas conversar com ela sobre como a SEMOP pode



desenvolver uma política para a preservação do patrimônio cultural da cidade. Fernando Guerreiro assinalou que trata-se de duas situações, sendo uma a necessidade de se discutir a atuação da Guarda Municipal e a outra a situação emergencial em que se encontra o Memorial das Baianas, necessitando de uma ação imediata, visto que é um patrimônio que está vivendo uma série de arrombamentos, está em situação precária e fechado e isso é muito grave. Joceval Rodrigues acrescentou que existe uma guarnição da Guarda Municipal específica que deveria estar cuidando do Patrimônio Histórico e do turismo e que o órgão está passando por uma reestruturação, pois nasceu de forma equivocada, visto que a Guarda Municipal foi formada por meio de concurso público que sequer solicitou antecedentes criminais como pré-requisito para adentrar no serviço público. Ele informou que o órgão vive um conflito com as suas atribuições e que entrou com um projeto de lei na Câmara Municipal deixando claras as suas atribuições. Além disso, propôs a reestruturação do órgão e até o final do mês deverá ser apresentado novo organograma, em conformidade com a lei federal nº13.022, que rege a atividade dos guardas municipais. Em seguida, sugeriu a Rita Santos uma reunião junto com ele e a coordenação da Guarda Municipal no Memorial das Baianas. Fernando Guerreiro falou em nome da comissão da Economia da Cultura e informou que foi realizada a primeira reunião em que resolveram propor algo que tivesse respaldo prático, baseado no que já está acontecendo e a comissão daria um reforço. Discutiram a questão dos corredores culturais da cidade, que são áreas que já têm um trabalho de economia criativa bem avançado e a comissão propõe a sua potencialização. Exemplificou uma rua na Liberdade, que possui um terreiro de candomblé, um rezador, dois locais que fazem comidas específicas e o bloco Ilê Aiyê. Ele explicou que se trata de regiões da cidade que potencialmente apresentam uma série de movimentos e de ações que são diretamente ligados à economia da cultura. O gestor apresentou outras localidades, como o Santo Antônio Além do Carmo, que conta com um plano inclinado, o Forte da Capoeira, praça revitalizada e vários ateliês de artistas; a Ribeira, com a Fábrica Cultural, a Sorveteria da Ribeira, o traslado de barco até o Boca de Galinha, em Plataforma, e a Igreja da Penha; o Abaeté, que é gerido pelo Estado, mas pode-se fazer uma parceria com a Prefeitura, e possui a Casa da Música, o Garcia, com o samba e várias atividades culturais; Barris, com a Biblioteca Central, a Sala Walter da Silveira e A Mosca; Parque São Bartolomeu; Itapuã e Engenho Velho de Brotas, onde está localizada a área onde funcionava a Secretaria Municipal de Educação, onde deveria funcionar um parque cultural, com o museu de Castro Alves e a Casa da Poesia. O gestor da FGM reforçou que a ideia é potencializar, transformar a vida das pessoas que trabalham ali e transformar os locais em pontos turísticos da cidade, com geração de receitas, se transformando em grandes pontos de convergência, mas as pessoas ainda não se organizaram coletivamente e precisam de apoio. Em seguida perguntou se o pleno tinha sugestões de outras regiões. Paulo Hermida perguntou sobre a Barra, que tem sofrido esvaziamento do ponto de vista da atividade econômica, apesar de haver alguns investimentos na área cultural, e talvez precisasse de um envolvimento da FGM. Fernando Guerreiro respondeu que existe uma diversidade cultural na



Barra dependente de apoio e as queixas são referentes aos restaurantes, sendo que o bairro pode ser inserido na lista e ser feito um estudo de como ele poderia ser reorganizado porque tem muitas lojas fechando. O gestor da FGM lembrou os dois fortes que foram restaurados pela Prefeitura e transformados em museus. Paulo Hermida acrescentou a importância histórica do local, sendo que do ponto de vista da cultura merece atenção. Fernando Guerreiro informou que o primeiro case a ser trabalhado será o bairro da Liberdade. Em seguida, Paulo Hermida informou que a comissão de acompanhamento do Plano Municipal de Cultura ainda não começou a trabalhar com a licitação e que a FGM já havia enviado o Termo de Referência, mas que o grupo iria se reunir na semana seguinte. O presidente apresentou as atividades da comissão de Formação Cultural, que idealizou um projeto chamado “Chá de Cultura”, cuja proposta é estimular diálogos itinerantes entre as lideranças do CMPC e a comunidade abordando temas de relevância para a cultura, com o objetivo de contribuir com a construção de conhecimento da sociedade soteropolitana acerca da cultura, de forma a impulsionar o desempenho do CMPC na construção de políticas culturais em Salvador. A metodologia contempla duas etapas, sendo a primeira direcionada aos/as Conselheiros/as do CMPC, com realização mensal entre os meses de agosto, setembro e outubro, respeitado o período eleitoral, em locais/horários a serem definidos; e a segunda etapa será destinada a membros da sociedade soteropolitana que residam ou tenham algum tipo de atuação nos territórios Barra/Pituba, Itapoã/Ipitanga, Cidade Baixa, ilhas, Cabula/Tancredo Neves, Pau da Lima, Liberdade/São Caetano, Centro/Brotas, Valéria e Cajazeiras, completando dez encontros, um a cada mês, a partir do encerramento do período eleitoral, em locais/horários a serem definidos. O presidente acrescentou que o evento não deve chocar com as reuniões ordinárias, e perguntou ao pleno se em agosto já pode discutir o Sistema Municipal de Cultura. Érico Mendonça parabenizou o trabalho da comissão e sugeriu inserir a Educação Patrimonial nos temas a serem discutidos. O presidente informou que a data será definida na próxima reunião. Em seguida, Joceval Rodrigues solicitou para antecipar a discussão sobre a Lei Viva Cultura, visto que ele tinha outro compromisso ainda naquela noite. O vereador informou que o Projeto de Lei 166/16 já está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), no momento das adequações das propostas e que os assessores dele e de Sílvio Humberto que estavam presentes na reunião poderiam colher as propostas do Conselho. O presidente informou que havia participado da audiência pública realizada naquele dia de manhã, sendo que o relator Leo Prates iria apresentar o relatório final no dia 08 de agosto, e sugeriu que os Conselheiros enviassem as contribuições ao Regimento Interno por e-mail. José Saraiva disse que foram gastas mais de dez horas de reunião para discutir o documento, logo não conseguiriam fazer naquela reunião, e sugeriu que fosse realizada uma reunião extraordinária com esse fim. Paulo Hermida concordou com a ideia e acrescentou que na reunião extraordinária fosse discutido também o Projeto de Lei 166/16. O pleno definiu que a reunião extraordinária deveria ser realizada no dia 26 de julho, no Teatro Gregório de Mattos, às 17h, com os dois pontos de pauta citados. O presidente pediu aos Conselheiros que lessem o projeto de lei que foi enviado



anteriormente, sendo que o relator Leo Prates acordou que no dia 03 de agosto, a CCJ iria promover outra audiência pública para ouvir a sociedade civil, sendo importante os Conselheiros participarem. Terminadas as discussões, os Conselheiros definiram a data da próxima reunião do CMPC, que será realizada no dia 16 de agosto, no Teatro Gregório de Mattos. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, Biênio 2015/2016.

Salvador, 16 de agosto de 2016.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____



20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____